



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 15/2019

Reunião Ordinária de 9 de agosto de 2019

1. ABERTURA

Aos nove dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezanove, nesta vila de Castanheira de Pera, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, pelas catorze horas e cinquenta minutos, reuniu, ordinariamente, a Câmara Municipal de Castanheira de Pera, sob a Presidência da Sra. Alda Maria das Neves Delgado Correia de Carvalho, Presidente da Câmara Municipal, e com a presença dos restantes membros do Executivo:

- Vereador – João Miguel das Neves Graça (PPD/PSD);
- Vereador – Nuno Óscar Lopes Tomás (PPD/PSD);
- Vereador – Gonçalo Abílio Alves Lopes (PS);
- Vereador – António Manuel Henriques Antunes (PS).

Declarando aberta a reunião, a Sra. Presidente deu início à ordem de trabalhos, estabelecida e distribuída a todos os membros da Câmara Municipal, nos termos da alínea o) do n.º 1 do artigo 35.º e n.º 2 do artigo 53.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e que consta do seguinte:

I - LEITURA E VOTAÇÃO DE ATA DE REUNIÃO ANTERIOR

II – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1. Intervenções dos Membros do Executivo

III - ORDEM DO DIA

A. Gabinete da Presidente

1. Constituição da Associação de Municípios para a gestão do Centro Intermunicipal de Recolha de Animais Errantes - CIRAE

B. Divisão de Administração Autárquica

1. Secção Administrativa

1.1. Liga Portuguesa Contra o Cancro – Pedido de cedência de transporte e de isenção do pagamento da respetiva taxa

1.2. Comissão de Festas do Troviscal de 2019 – Pedido de autorização para realização de passeio de motas e motorizadas e pedido de isenção do pagamento de taxas

1.3. Fábrica da Igreja do Coentral - Comissão de Festas em Honra da Nossa Senhora da Nazaré – Pedido de emissão de licença especial de ruído, de licença de recinto improvisado e pedido de isenção do pagamento das respetivas taxas

1.4. Fábrica da Igreja de Castanheira de Pera - Comissão de Festas em Honra da Nossa Senhora da Guia dos Lugarinhos – Pedido de emissão de licença especial de ruído, de licença de recinto improvisado e pedido de isenção do pagamento das respetivas taxas

1.5. Casa Poesia – Requerimento para ocupação da via pública com placas de sinalização/publicidade

1.6. Alpendre de Iguarias – Requerimento para ocupação da via pública com placas de sinalização/publicidade

1.7. Sport Castanheira de Pera e Benfica – Pedido de cedência do Pavilhão Municipal e de isenção do pagamento das respetivas taxas

1.8. Sport Castanheira de Pera e Benfica – Pedido de cedência de transporte e de isenção do pagamento das respetivas taxas

1.9. Belmira Maria C. C. Morgado Rodrigues – Pedido de licença especial de ruído



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 15/2019

Reunião Ordinária de 9 de agosto de 2019

2. Secção Financeira
 - 2.1. Balancete
 - 2.2. Pagamentos
 - 2.3. Alteração ao Orçamento de 2019
 - 2.4. Alteração às Grandes Opções do Plano de 2019
 3. Setor de Planeamento, Obras Particulares e Urbanismo
 - 3.1.1.ª Alteração à 1.ª Revisão do Plano Diretor Municipal-Discussão Pública - Relatório de Ponderação
 4. Setor de Projetos, Obras Públicas e Equipamentos Municipais
 - 4.1. Empreitada “Regeneração de Edifícios e Construções Municipais, Edificações Municipais (Pavilhão da Retorta)/ Incêndios 2017”
- IV - INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

LEITURA E VOTAÇÃO DE ATAS DE REUNIÕES ANTERIORES

2. LEITURA E VOTAÇÃO DE ATAS DE REUNIÕES ANTERIORES

Foi presente a ata n.º 10/2019, de 30 de maio, tendo a Sra. Presidente questionado os Srs. Vereadores se pretendiam tecer algum comentário à mesma, ao que os mesmos responderam que concordavam com o seu conteúdo.

Não obstante esse facto a Sra. Presidente referiu que não teve oportunidade de ler a ata em causa, pelo que solicitou que a sua votação fosse adiada para reunião subsequente, o que mereceu a anuência de todos.

Não se registando mais intervenções, a Sra. Presidente passou ao ponto seguinte da ordem de trabalhos.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

3. INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DO EXECUTIVO

Tomando a palavra a Sra. Presidente, começou por informar que tem sido elaborada pelos serviços camarários, uma listagem dos casos de vespas detetados no concelho, concluindo-se que a maioria dos casos se reportam à vespa europeia (crabro) e não à asiática, como inicialmente se pensou, ressaltando, no entanto, que ainda existem ninhos que não foram alvo de inspeção.

Prosseguindo ainda sobre essa temática, referiu que inicialmente a preocupação residia na existência de ninhos das vespas asiáticas, todavia o foco de preocupação incide agora sobre a outra espécie, em relação à qual se tem descoberto uma proliferação de ninhos. Nesta senda, deu conhecimento de um munícipe que foi picado por uma vespa crabro tendo ficado com dificuldades respiratórias durante cerca de quarenta e cinco minutos.

Mais informou, que o Município conta com a colaboração de uma equipa que tem atuado durante a noite, de forma a exterminar os ninhos reportados pelos munícipes.

A este propósito, interveio o Sr. Vereador António Antunes para dar conhecimento de que o Município de Vila de Rei se tem confrontado com o crescimento exponencial de ambas as espécies e, pelo que teve conhecimento, estaria a implementar um sistema de armadilhas, com recurso a material de canas de pesca, informando ainda que a aludida tipologia de combate à proliferação



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 15/2019

Reunião Ordinária de 9 de agosto de 2019

destas espécies obteve sucesso no seu período experimental, encontrando-se o Município a instalar o aludido sistema na totalidade do concelho.

Atento a esse facto, sugeriu que se contactasse o Município de Vila de Rei, de forma a obter mais esclarecimentos e indicações sobre o aludido modo de atuação.

Em face disto, a Sra. Presidente referiu que no ano passado foram retirados 60 ninhos no concelho e que a sua retirada foi realizada de forma estruturada, com o auxílio de uma empresa especializada neste tipo de combate, tendo a mesma indicado, naquela altura, que a instalação de armadilhas deveria delimitar o concelho.

Intervindo, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes fez alusão a um tipo de armadilhas que tem sido criada pelos particulares, acrescentando que ele próprio iria colocar algumas no seu bairro.

Nesta senda, o Sr. Vereador João Graça alertou para o facto de o trabalho de combate contra estas espécies também dever ser realizado nos concelhos circunvizinhos, o que lhe parece que não está a acontecer de forma concertada e informada.

Ainda neste âmbito, a Sra. Presidente relatou algumas situações de ninhos que têm sido detetados e que ao ir ao local para retirar se verifica que é a vespa europeia e não a asiática.

Salientou, por um lado, preocupação na proliferação da vespa europeia e, por outro lado, o enorme trabalho que é necessário realizar, proferindo, nesta senda, um elogio ao trabalho desempenhado pelos trabalhadores do Município afetos ao mesmo, em particular ao Sr. Valdemar, que tem demonstrado sempre disponibilidade para efetivar a retirada dos ninhos, até durante o seu período de férias.

Encerrado o tema das vespas, e atendendo a que a questão da colocação da plataforma na Praia das Rocas tem sido recorrentemente questionada pelos Srs. Vereadores do PS, a Sra. Presidente prestou informação de que as obras destinadas à instalação da plataforma já teriam sido iniciadas, não sabendo, todavia, adiantar a data prevista para a sua conclusão.

Sobre o assunto, o Sr. Vereador António Antunes tomou a palavra, para indicar que as referidas obras tiveram o seu início no dia 5 de agosto, questionando, a propósito, se a plataforma era permanente ou se seria retirada durante a época de inverno, tendo a Sra. Presidente respondido que em princípio seria retirada.

Retomando a palavra, a Sra. Presidente informou que a coletividade das Sarnadas dirigiu um convite para o Município estar presente no aniversário da mesma, a decorrer no dia 10 de agosto, nas suas instalações.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 15/2019

Reunião Ordinária de 9 de agosto de 2019

Por fim, deu nota de que a Sessão de Esclarecimento no âmbito do BUPi, realizada no lugar de Pera a surpreendera positivamente, uma vez que, apesar do horário, contou com a participação de 24 munícipes, pertencentes às aldeias de Pera, Botelhas e Palheira. Mais informou que tinha aproveitado a oportunidade para apresentar a Engenheira Florestal à comunidade presente na reunião, e para a colocar à disposição daqueles que tivessem interesse ou preocupações no âmbito florestal.

A Sra. Presidente referiu ainda que, na indicada Sessão, marcaram também presença dois técnicos da empresa estadual FlorestGal, por forma a apresentarem os objetivos e missão do projeto.

Prosseguindo no uso da palavra, a Sra. Presidente prestou as seguintes informações:

- Através de e-mail de 31/07/2019, o Sport Castanheira de Pera e Benfica veio informar que no dia 20 de maio de 2019, os membros da Direção e o Presidente da Assembleia daquela Associação reuniram para a reconstituição dos órgãos sociais de Direção eleitos para o biénio 2018-2020, por pedido de demissão do Tesoureiro António Marques o qual foi aceite por unanimidade. Na mesma reunião foi proposta a sua substituição pelo suplente de Direção Marco António David da Silva Rei que também foi aceite por unanimidade.
- Na sequência do pedido da Cercicaper - Cooperativa para a Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados de Castanheira de Pera – CAO, para cedência de transporte, com destino à Praia Osso da Baleia, no dia 7 de agosto de 2019, que foi deliberado na reunião de Câmara de 30 de agosto, veio agora aquela entidade pedir que a data fosse alterada para um dia a agendar no próximo mês de setembro.
- Através de e-mail de 07/08/2019, veio a Associação EPIS (Empresários pela Inclusão Social) informar sobre a realização de mais uma edição das Bolsas Sociais EPIS, cujo período de candidatura decorre até dia 23 de setembro de 2019. Todas as escolas de Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Góis, Pampilhosa da Serra, Pedrógão Grande e Sertã, e alunos podem candidatar-se a estas Bolsas, nos seguintes moldes:
 - Escolas podem candidatar-se às categorias 1 e 2.
 - Alunos que terminaram o 9.º ano de escolaridade podem candidatar-se às categorias 3, 4, 5 e 6.
 - Alunos que terminaram o 12.º ano de escolaridade podem candidatar-se às categorias 21 e 23.

O e-mail em causa foi reencaminhado para o Agrupamento de Escolas Dr. Bissaya Barreto e para a Associação de Pais e Encarregados de Educação de Castanheira de Pera.

- Em 09 de agosto de 2019, proferi, nos termos do n.º 3 do artigo 35.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, despacho no sentido de o Município passar a ser a entidade promotora do evento PerArte, cuja edição deste ano irá ser realizada em 10/08/2019, atendendo, nomeadamente, à indisponibilidade manifestada pela Associação Terras de Peralta em continuar a promover o evento, ao apoio sempre dado pelo Município à



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 15/2019

Reunião Ordinária de 9 de agosto de 2019

iniciativa e à mais-valia da mesma. O Despacho será submetido a ratificação na próxima reunião da Câmara Municipal.

Relativamente à última informação elencada pela Sra. Presidente, interveio o Sr. Vereador António Antunes, por forma a obter alguns esclarecimentos quanto à indisponibilidade manifestada pela Associação Terras de Peralta.

Tomou a palavra o Sr. Vereador João Graça informando que, segundo o seu conhecimento, a 1ª edição do evento em questão aconteceu nas comemorações do centenário do concelho, tendo sido uma iniciativa desenvolvida inicialmente pela Biblioteca Municipal e que foi abraçada, em todas as edições realizadas, pela Associação Terras de Peralta, através de uma sua colaboradora, em particular, que, neste momento, já não se encontra disponível para auxiliar na organização, pelo que, atento aos fundamentos constantes do Despacho, o evento será assegurado pela Câmara Municipal.

A Sra. Presidente complementou que se assim não fosse colocar-se-ia em causa a continuidade de um evento que já é uma referência naquele local, aproveitando o ensejo para convidar todo o Executivo a marcar presença naquele evento amanhã em Pera.

Seguidamente deu conhecimento de que, no próximo dia 23 de agosto, será inaugurado o observatório, LabRios+ Castanheira de Pera, da linha do Fundo Ambiental, projeto de limpeza realizado ao longo da Ribeira de Pera, numa cerimónia que contará com a presença do Sr. Ministro do Ambiente e da Transição Energética.

Informou, ainda, que a Feira do Livro se vai realizar mais uma vez este ano, nos moldes dos anos anteriores.

Como última nota, indicou que será afixada a rede de emergência dos postos de combustível, a partir do dia 12 do presente mês e acrescentou que o abastecimento de veículos do Município se fará todos os dias, como forma de prevenir uma eventual falha de combustíveis e consequente falta na prestação dos serviços basilares à comunidade.

Em seguida, interveio o Sr. Vereador Gonçalo Lopes para manifestar, uma vez mais, a pretensão de que seja concedido o acesso a um conjunto de documentos que os Vereadores do PS já pediram inúmeras vezes, mencionando que *“sem o acesso a esses documentos das duas uma, ou estamos aqui sempre a redundar nas questões e a fazer as mesmas questões e obter as mesmas respostas ou então ficamos sem matéria para discutir”* o que lhe parece que também não é um bom sinal.

Continuando, referiu que pretendia deixar uma pequena nota no sentido de que se vai sentindo um grande desânimo por parte de alguns agentes económicos do concelho, num cenário que apontam como seja o pior ano da última década, nesta altura em que se deveria estar a *“oxigenar”* da época baixa, acrescentando que os Vereadores do PS já tinham alertado, em sede de reunião de Câmara, para a eventualidade de ocorrência desse retrato.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 15/2019

Reunião Ordinária de 9 de agosto de 2019

Prosseguindo, ressaltou que, a sua intervenção não se baseava em números, mas antes na realidade que teria sido relatada pelos comerciantes, e sabendo que a Praia das Rocas é a grande força motriz desta época do ano para o concelho, é sintomático que a dinâmica do comércio pareça fortemente afetada ao ponto de vários agentes dizerem que *“na última década este é o pior ano em termos de resultados das diversas atividades”*.

Posto isto, manifestou a sua opinião de que a situação em causa é merecedora de uma *“reflexão concertada séria e despartidarizada”* por parte de todos. Referiu que apesar de já terem sido desenvolvidos esforços destinados à resolução da questão, urge retomar o processo de constituição de uma associação comercial ou empresarial, de forma a tutelar os interesses comuns dos comerciantes. Esta trará diversas vantagens, desde logo a faculdade de recorrer a mecanismos que visam mitigar os efeitos destes ciclos menos favoráveis, bem como possibilita a definição de estratégias concertadas que todos possam alinhar numa forma que permitam ultrapassar os constrangimentos que possam advir.

Acrescentou que nesta discussão é preponderante a participação da empresa municipal, bem como do próprio Município, para que possa ser delineada uma estratégia de investimento que deverá atender à oferta já existente e desenvolver esforços para a complementar.

Fez notar que até no seguimento da clave que foi assumida pelo atual Executivo, naquela que é a aposta para os próximos anos no âmbito do turismo de natureza, este Município deverá considerar uma série de valências, de espaços, de potenciais que o concelho reúne. Aproveitou para referir, que nesta matéria, estão a elaborar um documento para trazer a esta Câmara, de forma a conceder contributos para cumprir a estratégia visada e com a qual, de certo modo, se identificam, ressaltando que, no entendimento dos Vereadores do PS, paralelamente devem ser percorridos outros caminhos e possibilidades de desenvolvimento, para que se consiga alcançar o melhor resultado possível para o concelho.

Por fim, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes deu conhecimento de uma situação que, na sua ótica, não se prende diretamente com o Executivo, todavia considerou que o assunto devesse vir a reunião. Afirmou que tem sido recorrente os multibancos se encontrarem fora de serviço ou sem dinheiro, o que claramente afeta negativamente a dinâmica de compras no Município, solicitando que a Sra. Presidente se dirija às instituições bancárias com ATM's no concelho para tentar encontrar uma solução.

A Sra. Presidente usou da palavra com o intuito de responder às questões colocadas, começando por referir, relativamente à falta de envio da documentação que, de facto, já começa a tornar-se uma situação confrangedora para ambas as partes e, tal como a situação do atraso das atas, terá que ter solução rapidamente.

Relativamente à criação de uma associação comercial transmitiu ser uma preocupação deste executivo recordando que já foram realizadas diversas iniciativas para a formalização dessa associação comercial. Concorda com a opinião dos Srs. Vereadores do PS, desde logo porque se reconhece a relevância daquela associação para o desenvolvimento, dinamismo do território, bem como para a interligação entre comerciantes.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 15/2019

Reunião Ordinária de 9 de agosto de 2019

Intervindo, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes confirmou que, de facto, já foram realizadas um conjunto de iniciativas e delas até resultou a criação de um esboço dos Estatutos e uma comissão instaladora, tendo, inclusivamente, participado nos fóruns de discussão.

Prosseguindo, referiu que, no seu entender, a questão que tem levantado mais dificuldades é a que se prende com a sensibilização dos agentes, uma vez que os comerciantes consideram uma boa iniciativa, todavia assim que se refere a necessidade de quotas, mesmo de valor diminuto, colocam alguns entraves.

Mais realçou que tal iniciativa não tem de ser subsidiada pelo Município e que, do ponto de vista legal, nem sabe se tal pode ser feito, acentuando que, provavelmente, nem tem sentido que assim o seja.

Por fim, considerou que aquilo que lhe parece relevante fazer, e que, embora já tenha sido efetuado devia ser repetido, é uma ação de sensibilização sobre as vantagens que todos podem usufruir com a essência deste projeto.

De novo no uso da palavra, a Sra. Presidente referiu que, no ano anterior, foi realizada pela empresa municipal essa abordagem, tendo a mesma sido feita em concreto, caso a caso. No entanto, não foi vista com bons olhos por todos partilhando que, assim sendo, é de opinião que é necessária a agregação de esforços para que se efetive aquela realidade.

Na mesma senda, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes constatou que não sendo possível incluir todos, possivelmente o caminho passará pela agregação daqueles que se encontram interessados, lamentando tal situação, uma vez que seria *“preferível que assim não fosse”*.

De novo com a palavra, a Sra. Presidente referiu que tem acompanhado semanalmente a situação dos multibancos.

Quanto à Caixa de Crédito Agrícola, os constrangimentos têm decorrido pela existência de somente um funcionário, o que impossibilita que este carregue o multibanco durante o período/horário do atendimento.

O caso da Caixa Geral de Depósitos revela-se um pouco mais complexo, visto que os ATM's têm estado avariados de forma sistemática, garantindo que já tinha conversado com os gerentes e que até já lhes tinha sugerido que poderia ser uma hipótese a colocação de um aviso solicitando que os seus clientes utilizassem o multibanco existente no interior. Prosseguindo, confessou que não se compreende que esta situação se arraste há tanto tempo, até porque sempre que há lugar a uma avaria é emitido um alerta para a entidade competente pela reparação. Todavia, por vezes a avaria prolonga-se até ao fim-de-semana, o que já a levou a contactar a agência solicitando que reiniciassem o equipamento.

Relatou que, numa das vezes em que solicitou a resolução da questão, ouviu a resposta célebre: *“Peçam um multibanco!”*, vinda de quem deveria querer garantir a rentabilidade daquele multibanco. Após esta situação, procedeu ao pedido de um novo multibanco, apesar de ser difícil apresentar uma justificação, do ponto de vista da rentabilidade, para a sua colocação.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 15/2019

Reunião Ordinária de 9 de agosto de 2019

Clarificou que a sua instalação se faz mediante um critério de rentabilidade, avaliado durante o período de um ano a contar da sua instalação, fundado no número de transações realizadas. Se no final se registar uma rentabilidade negativa, há a hipótese de retirada do referido terminal ou a assunção dos custos por quem mandou/pediu a sua instalação.

A propósito deste tema, tomou a palavra o Sr. Vereador Gonçalo Lopes para reiterar que apesar desta preocupação não se interligar com o Município, cumpre-lhes *“fazer eco das preocupações de quem representam”*, referindo que a redução do horário de um banco público se assume *“inadmissível”*, uma vez que as pessoas não conseguem conciliar a ida ao banco, por exemplo, com uma ida à triagem do Centro de Saúde.

Repetiu que considera *“inadmissível que um banco público dê passos nesta direcção”*, expressando que a ideia com que fica destas atitudes, e que teme, é que aqueles que deveriam ser exemplo para que estes territórios tivessem um tratamento diferente, dão passos exatamente no sentido contrário.

Acrescentou que estes territórios já são tão fustigados, já têm tantas dificuldades e, ao invés de aparecerem soluções, *“aparecem passos que vão exatamente dificultar ainda mais a vida das pessoas.”*

Mais referiu, que quem está em Lisboa *“atrás de uma secretária”* não conhece a nossa realidade e está apenas a utilizar *“critérios contabilísticos, a dizer o que é rentável e o que não é”*, o que para si *“é aflitivo”*.

Concluindo, referiu que em seu entender, as pessoas que vivem no interior não devem ter este tratamento e o Município tem uma palavra a dizer sobre o assunto, nomeadamente manifestando a sua incompreensão a quem de direito.

Nesta senda, a Sra. Presidente explicou que uma instituição bancária tem este tipo de horários porque o número de trabalhadores efetivos assim o exige. Mais acrescentou que esse encerramento não a choca, mas, na sua opinião, depende muito de quem está nos balcões saber explicar aos utentes da instituição o dizer porquê, e que, efectivamente poderia tentar satisfazer as necessidades das pessoas destas localidades.

Não se registando mais intervenções, a Sra. Presidente deu este período por encerrado e passou à ordem do dia.

ORDEM DO DIA

4. CONSTITUIÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS PARA GESTÃO DO CENTRO INTERMUNICIPAL DE RECOLHA DE ANIMAIS ERRANTES - CIRAE

Presente carta com entrada nesta Câmara Municipal em 31/07/2019, remetida pelo Município de Proença-a-Nova, solicitando informação sobre a decisão do Município em participar na constituição da Associação de Municípios para a gestão do Centro Intermunicipal de Recolha de Animais Errantes – CIRAE.

Presente também a proposta dos estatutos da aludida Associação.

Considerando que a recolha e o encaminhamento de animais errantes carecem da tomada de medidas consentâneas com as exigências legais em vigor;



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 15/2019

Reunião Ordinária de 9 de agosto de 2019

Considerando o reduzido número de animais recolhidos no concelho nos últimos anos;

Considerando que o apontado histórico de recolha de animais no concelho é potencialmente gerador de um enquadramento que não se coaduna com as despesas subjacentes à participação na Associação, o que pode criar constrangimentos à Autarquia, não apenas ao nível financeiro, mas também fáctico-jurídicos, atento, nomeadamente, à obrigação de permanência prevista na proposta de Estatutos da Associação;

Considerando as indefinições inerentes à inexistência do estudo de viabilidade económico-financeira e racionalidade económica;

Considerando as atribuições do Município no domínio em causa;

Propõe-se que a Câmara Municipal delibere não participar na constituição da referida Associação, sem prejuízo da eventual utilização dos serviços do CIRAE, e/ou de posterior integração na entidade a criar, com prévio cumprimento do inerente procedimento.

DISCUSSÃO:

Sobre este ponto, a Sra. Presidente esclareceu que a Associação Pinhal Maior detinha a gestão do canil de Proença-a-Nova, no entanto estaria em andamento a criação de uma associação destinada à gestão da CIRAE.

Aditou que ainda não tinham conhecimento dos custos de comparticipação de cada município, uma vez que o estudo de viabilidade económica seria realizado *à posteriori*, quando se tivesse conhecimento de quantos municípios assumirão a participação inicial. Mencionou, ainda, que o CIRAE necessitará de realizar um alargamento e alterações a nível das infraestruturas, designadamente com a criação de um posto de incineração de animais. Acrescentou, ainda, que, por ora, a solução passaria pela continuação do Município na qualidade de cliente, até que o estudo seja realizado, na medida em que o mesmo se revela fulcral para determinar se é ou não vantajoso.

A Dra. Bernardina interveio no sentido de prestar alguns esclarecimentos adicionais sobre a constituição da Associação.

Não se registado mais intervenções, a Sra. Presidente colocou a presente proposta a votação.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

5. LIGA PORTUGUESA CONTRA O CANCRO – PEDIDO DE CEDÊNCIA DE TRANSPORTE E DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DA RESPECTIVA TAXA

Presente e-mail da Liga Portuguesa Contra o Cancro – Núcleo Regional do Centro, a solicitar transporte para o grupo de Voluntariado Comunitário de Castanheira de Pera se deslocar a Aveiro, no próximo dia 21 de setembro, no âmbito do 11.ª Edição do Encontro de Voluntariado em Oncologia “O que nos Liga”, bem como a isenção do pagamento da respetiva taxa.

Considerando que as ações levadas a cabo pela Liga Portuguesa Contra o Cancro se revelam de enorme importância, nomeadamente, no que respeita à sensibilização e informação da população relativamente à doença oncológica;



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 15/2019

Reunião Ordinária de 9 de agosto de 2019

Considerando as atribuições do Município no domínio da saúde, cfr. alínea g) do n.º 2 do artigo 23.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

Propõe-se que a Câmara Municipal delibere dar deferimento ao pedido formulado, incluindo a isenção do pagamento das respetivas taxas.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

6. COMISSÃO DE FESTAS DO TROVISCAL DE 2019 – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE PASSEIO DE MOTAS E MOTORIZADAS E PEDIDO DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS

Presente requerimento de Américo Martins, em representação da Comissão de Festas do Troviscal de 2019, a solicitar autorização para realização de um passeio de motas e motorizadas, no dia 11 de agosto de 2019.

Presente também o parecer favorável emitido pela Guarda Nacional Republicana – Destacamento Territorial de Pombal.

Considerando que não se verificam impedimentos que obstem à apreciação do pedido, propõe-se que a Câmara Municipal delibere autorizar o referido passeio, conforme itinerário anexo ao pedido, mediante o cumprimento das condicionantes previstas no art.º 10.º do Decreto Regulamentar n.º 2-A/2005, de 24 de março.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

7. FÁBRICA DA IGREJA DO COENTRAL – COMISSÃO DE FESTAS EM HONRA DA NOSSA SENHORA DA NAZARÉ – PEDIDO DE EMISSÃO DE LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO, DE LICENÇA DE RECINTO IMPROVISADO E PEDIDO DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DAS RESPETIVAS TAXAS

Presentes requerimentos da Fábrica da Igreja do Coentral - Comissão de Festas em Honra da Nossa Senhora da Nazaré, representada por Pedro Graça, a solicitar o seguinte:

- Concessão de licença para a instalação e funcionamento de recinto improvisado, nos termos do Regulamento Municipal sobre Instalação e Funcionamento de Recintos de Espetáculos e Divertimentos Públicos e ao abrigo do n.º 1 do art.º 15.º do Decreto-Lei n.º 268/2009, de 29 de setembro, na sua última redação, para a realização dos festejos em Honra da Nossa Senhora da Nazaré, a levar a cabo em Coentral Grande – recinto da capela, nos dias 14 e 15 de agosto de 2019;
- Concessão de licença especial de ruído, nos termos do Regulamento Geral do Ruído, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro, para a realização dos referidos festejos, no horário compreendido entre as 22h.00 e as 04h.00;
- Isenção do pagamento das taxas devidas pelas licenças supramencionadas.

Considerando o carácter tradicional e temporário do evento, bem como o facto de funcionar como elemento dinamizador e de divulgação do Concelho;

Considerando que o processo se encontra devidamente instruído e que não existem impedimentos que obstem à sua apreciação;



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 15/2019

Reunião Ordinária de 9 de agosto de 2019

Propõe-se que a Câmara Municipal delibere aprovar a emissão das licenças requeridas, nos termos solicitados, bem como a isenção do pagamento das respetivas taxas.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

8. FÁBRICA DA IGREJA DE CASTANHEIRA DE PERA – COMISSÃO DE FESTAS EM HONRA DA NOSSA SENHORA DA GUIA DOS LUGARINHOS – PEDIDO DE EMISSÃO DE LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO, DE LICENÇA DE RECINTO IMPROVISADO E PEDIDO DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DAS RESPETIVAS TAXAS

Presentes requerimentos da Fábrica da Igreja de Castanheira de Pera - Comissão de Festas em Honra da Nossa Senhora da Guia dos Lugarinhos, representada por Ivete Costa, a solicitar o seguinte:

- Concessão de licença para a instalação e funcionamento de recinto improvisado, nos termos do Regulamento Municipal sobre Instalação e Funcionamento de Recintos de Espetáculos e Divertimentos Públicos e ao abrigo do n.º 1 do art.º 15.º do Decreto-Lei n.º 268/2009, de 29 de setembro, na sua última redação, para a realização dos festejos em Honra da Nossa Senhora da Guia dos Lugarinhos, a levar a cabo em Nossa Senhora da Guia - Sapateira – recinto da capela, nos dias 16, 17, 18 e 19 de agosto de 2019;
- Concessão de licença especial de ruído, nos termos do Regulamento Geral do Ruído, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro, para a realização dos referidos festejos, no horário compreendido entre as 22h.00 e as 04h.00;
- Isenção do pagamento das taxas devidas pelas licenças supramencionadas.

Considerando o carácter tradicional e temporário do evento, bem como o facto de funcionar como elemento dinamizador e de divulgação do Concelho;

Considerando que o processo se encontra devidamente instruído e que não existem impedimentos que obstem à sua apreciação;

Propõe-se que a Câmara Municipal delibere aprovar a emissão das licenças requeridas, nos termos solicitados, bem como a isenção do pagamento das respetivas taxas.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

A Sra. Presidente pediu escusa relativamente a este assunto, em virtude de ser cônjuge de um dos elementos que integram a Comissão de Festas, o que foi aceite, por unanimidade, pelo que a mesma não participou na apresentação, discussão e votação da presente deliberação, tendo-se ausentado da sala de reuniões.

9. CASA POESIA – REQUERIMENTO PARA OCUPAÇÃO DA VIA PÚBLICA COM PLACAS DE SINALIZAÇÃO / PUBLICIDADE

Presente requerimento da Casa da Poesia, solicitando autorização para a colocação de 4 placas de sinalização/publicidade, em vários locais do concelho, conforme fotografias que se anexam.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 15/2019

Reunião Ordinária de 9 de agosto de 2019

Presente também Informação/ Análise do Fiscal Municipal, datada de 06 de agosto corrente, apreciando o pedido e pronunciando-se em sentido favorável à pretensão da requerente.

Encontrando-se o processo devidamente instruído e não existindo impedimentos que obstem à sua apreciação, propõe-se que a Câmara Municipal delibere autorizar a colocação das placas pretendidas, nos termos da Informação/Análise Técnica supra referida, cuja cópia se anexa, fazendo da presente deliberação parte integrante.

DISCUSSÃO:

Interveio o Sr. Vereador Gonçalo Lopes referindo que, a propósito deste ponto e do seguinte, e sem prejuízo da legitimidade das pessoas em virem formular tais pedidos, deveria, em seu entender, serem instituídas zonas reservadas a esta tipologia de sinalética, acrescentando que esta seria outra matéria sobre a qual a empresa comercial poderia intervir.

Na sequência houve alguma troca de considerações, sendo opinião unânime de que a sinalética deveria ser mais uniforme.

Não se registado mais intervenções, a Sra. Presidente colocou a presente proposta a votação.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

10. ALPENDRE DE IGUARIAS – REQUERIMENTO PARA OCUPAÇÃO DA VIA PÚBLICA COM PLACAS DE SINALIZAÇÃO / PUBLICIDADE

Presente requerimento da empresa designada por “Alpendre de Iguarias”, representada por Marco Anjos, solicitando autorização para a colocação de 4 placas de sinalização/publicidade, em vários locais do concelho, conforme fotografias que se anexam.

Presente também Informação/ Análise dos serviços camarários, datada de 06 de agosto corrente, apreciando o pedido e pronunciando-se em sentido favorável à pretensão da requerente.

Encontrando-se o processo devidamente instruído e não existindo impedimentos que obstem à sua apreciação, propõe-se que a Câmara Municipal delibere autorizar a colocação das placas pretendidas, nos termos da Informação/Análise Técnica supra referida, cuja cópia se anexa, fazendo da presente deliberação parte integrante.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

11. SPORT CASTANHEIRA DE PERA E BENFICA – PEDIDO DE CEDÊNCIA DO PAVILHÃO MUNICIPAL E DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DAS RESPECTIVAS TAXAS

Presente e-mail do Sport Castanheira de Pera e Benfica, a solicitar autorização para utilização do Pavilhão Municipal, no âmbito de um estágio de pré-época promovido pela equipa de andebol da Juventude Desportista do Lis, nos dias 6, 7 e 8 de setembro de 2019, bem como a isenção da respetiva taxa.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 15/2019

Reunião Ordinária de 9 de agosto de 2019

Considerando que a atividade física e o desporto contribuem para a promoção do bem-estar, da qualidade de vida e da saúde da população, inserindo-se este domínio nas atribuições e competências do Município, conforme decorre do disposto na alínea f) do n.º 2 do artigo 23.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando a inegável mais-valia que o Sport Castanheira de Pera e Benfica, Instituição de Utilidade Pública, representa no fomento da atividade desportiva local e na ocupação de tempos livres, nomeadamente, no seio da comunidade mais jovem;

Considerando que a atividade proposta contribui, nomeadamente, para fomentar o desporto, ao mesmo tempo que contribui para a promoção e divulgação do concelho;

Propõe-se que, que a Câmara Municipal delibere dar deferimento ao pedido, isentando a requerente do pagamento da taxa devida para o efeito.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

12. SPORT CASTANHEIRA DE PERA E BENFICA – PEDIDO DE CEDÊNCIA DE TRANSPORTE E DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DAS RESPECTIVAS TAXAS

Presente e-mail do Sport Castanheira de Pera e Benfica a solicitar a cedência de transporte para a Secção de Damas participar no Open Nacional de Jovens e Open Nacional Cidade de Setúbal – Festas Bocageanas, no dia 14 de setembro próximo, bem como a isenção do pagamento da respetiva taxa.

Considerando que a atividade física e o desporto contribuem para a promoção do bem-estar, da qualidade de vida e da saúde da população, inserindo-se este domínio nas atribuições e competências do Município, conforme decorre do disposto na alínea f) do n.º 2 do artigo 23.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando a inegável mais-valia que o Sport Castanheira de Pera e Benfica, Instituição de Utilidade Pública, representa no fomento da atividade desportiva local e na ocupação de tempos livres, nomeadamente, no seio da comunidade mais jovem;

Considerando que a atividade proposta contribui, nomeadamente, para fomentar o desporto e a adoção de estilos de vida saudáveis, ao mesmo tempo que promove contactos sociais, potenciando também a promoção e divulgação do concelho;

Propõe-se que, à semelhança do habitual, nos termos do disposto na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal delibere dar deferimento ao pedido formulado, incluindo a isenção do pagamento das respetivas taxas.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

13. BELMIRA MARIA C. C. MORGADO RODRIGUES – PEDIDO DE LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 15/2019

Reunião Ordinária de 9 de agosto de 2019

Presente requerimento de Belmira Maria C. C. Morgado Rodrigues, solicitando a concessão de licença especial de ruído, nos termos do artigo 15.º do Regulamento Geral do Ruído, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro, para a realização de uma festa de aniversário, na sua residência sita em Rua João Bebiano, no período compreendido entre as 22h.00 do dia 17 de agosto de 2019 e as 04h.00 do dia seguinte.

Considerando que o pedido se encontra devidamente instruído e não existem impedimentos que obstem à sua apreciação;

Propõe-se que a Câmara Municipal delibere autorizar a concessão da licença especial de ruído, nos termos requeridos.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

14. BALANCETE

Foi presente o balancete referente ao dia 07 de agosto de 2019, no qual consta que o total de disponibilidades desta Câmara Municipal era nesse dia de 2.422.770,69 € (dois milhões quatrocentos e vinte e dois mil setecentos e setenta euros e sessenta e nove cêntimos), sendo as operações orçamentais no valor de 2.375.471,91 € (dois milhões trezentos e setenta e cinco mil quatrocentos e setenta e um euros e noventa e um cêntimos) e as operações não orçamentais no valor de 47.298,78 € (quarenta e sete mil duzentos e noventa e oito euros e setenta e oito cêntimos). Os movimentos de tesouraria ascendiam nesse mesmo dia ao montante de 2.432.913,99 € (dois milhões quatrocentos e trinta e dois mil novecentos e treze euros e noventa e nove cêntimos), valor que inclui o montante de 10.143,30 € (dez mil cento e quarenta e três euros e trinta cêntimos) em documentos.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

15. PAGAMENTOS

Foi presente listagem dos pagamentos autorizados e efetuados entre 29/07/2019 e 07/08/2019, registados sob os números 1096 a 1146 no valor total de 47.074,18 € (quarenta e sete mil setenta e quatro euros e dezoito cêntimos), respeitantes a Despesas Orçamentais.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

16. ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DE 2019

Propõe-se que, nos termos do disposto na alínea d) do n.º1 do artigo 33.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, em conjugação com o estipulado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, a Câmara Municipal delibere aprovar a 16.ª Alteração ao Orçamento da Despesa, no valor de 6.445,41 € (seis mil quatrocentos e quarenta e cinco euros e quarenta e um cêntimos), por reforço e anulação.

DISCUSSÃO

O Sr. Vereador Gonçalo Lopes questionou a que se devia esta alteração, tendo a Sra. Presidente esclarecido que tinha a ver com a criação da Carta Educativa.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 15/2019

Reunião Ordinária de 9 de agosto de 2019

Não se registado mais intervenções, a Sra. Presidente colocou a presente proposta a votação.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

17. ALTERAÇÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO DE 2019

Propõe-se que, nos termos do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 33.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, em conjugação com o estipulado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, a Câmara Municipal delibere aprovar a 15.ª Alteração às Grandes Opções do Plano, no valor de 14.287,00 € (catorze mil duzentos e oitenta e sete euros) nas Atividades Mais Relevantes, por reforço e anulação.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

18. 1ª ALTERAÇÃO À 1ª REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL – DISCUSSÃO PÚBLICA – RELATÓRIO DE PONDERAÇÃO

Presente o Relatório de Ponderação da Discussão Pública promovida no âmbito do procedimento da 1.ª Alteração à 1.ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Castanheira de Pera elaborado pelo Setor de Planeamento, Obras Particulares e Urbanismo, e que aqui se dá por reproduzido para todos os efeitos legais, fazendo da presente deliberação parte integrante.

Propõe-se que a Câmara Municipal delibere, de modo a dar cumprimento ao disposto no n.º 6 do artigo 89.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, proceder à aprovação do relatório de ponderação, promover a sua divulgação através da comunicação social, plataforma colaborativa de gestão territorial e do site do Município e determinar a elaboração da proposta final da alteração em causa.

Propõe-se ainda, de modo a dar cumprimento ao disposto no artigo 90.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, que a Câmara Municipal determine o envio da proposta final, para aprovação da assembleia municipal.

DISCUSSÃO:

No uso da palavra, a Sra. Presidente esclareceu que a supramencionada alteração se fará no quadro da nova legislação, que entrou em vigor em junho do ano de 2018, revelando-se necessária a contratação de pessoal que a realize. Esclareceu que já foram solicitados orçamentos, pelo que resta estabelecer um preço médio e posteriormente lançar o procedimento.

Não se registado mais intervenções, a Sra. Presidente colocou a presente proposta a votação.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

19. EMPREITADA “REGENERAÇÃO DE EDIFÍCIOS E CONSTRUÇÕES MUNICIPAIS, EDIFICAÇÕES MUNICIPAIS (PAVILHÃO DA RETORTA)/ INCÊNDIOS 2017”



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 15/2019

Reunião Ordinária de 9 de agosto de 2019

Presente o Relatório elaborado na sequência da abertura do procedimento referente à empreitada de “Regeneração de Edifícios e Construções Municipais, Edificações Municipais (Pavilhão da Retorta)/ Incêndios 2017”.

Propõe-se que a Câmara Municipal delibere não adjudicar a empreitada já identificada, e consequentemente, extinguir o respetivo procedimento, tudo nos termos e com os fundamentos constantes do indicado Relatório, que aqui se dá por reproduzido para todos os efeitos legais, fazendo da presente deliberação parte integrante.

DISCUSSÃO:

Interveio o Sr. Vereador António Antunes que, aludindo ao facto de naquele relatório estar mencionado que os concorrentes não teriam entregado os documentos exigidos, questionou quais foram esses documentos.

Em resposta, a Sra. Presidente informou que, tanto quanto sabe, não terão entregado qualquer documento.

Retomando, o Sr. Vereador António referiu que, por acaso, teve acesso aos documentos dos concorrentes e que, de facto, considera que o valor base do procedimento não chega para a execução da obra, verificando-se uma diferença grande, conforme, aliás já havia indicado quando o processo foi alterado. No entanto, não pode deixar de dizer que, embora tenha sido pago a uma entidade externa para fazer a alteração ao primeiro procedimento, o que se verifica é que, *“efectivamente, parece que não foi o suficiente porque o valor cabimentado como valor base da empreitada não é suficiente para a fazer”*.

Mais acrescentou ter conhecimento que ambos os concorrentes não teriam apresentado proposta, uma vez que o valor base da empreitada não era suficiente para a execução dos trabalhos, ou seja, *“o custo do valor da obra era superior ao valor base estabelecido”*.

Interrompendo, o Sr. Vereador João Graça disse que depreendia que aquela situação se verificava para aquelas duas empresas.

Em resposta, o Sr. Vereador António Antunes confirmou que aquela conclusão era relativa a essas duas empresas ainda que, provavelmente, outras empresas tenham consultado o processo e chegado à mesma conclusão.

Volvendo, o Sr. Vereador João Graça sublinhou que essas duas empresas chegaram a essa conclusão, porém não se sabe se haverá alguma outra que pense de forma diferente, parecendo-lhe, assim, a intervenção do Sr. Vereador António *“pura especulação”*.

No uso da palavra, o Sr. Vereador António realçou que não se tratava de especulação, mas sim de factos sobre os quais considera ser necessário ponderar.

Continuando, comunicou que os Vereadores do PS pretendem deixar a nota de que, de facto, houve um primeiro e um segundo procedimento, parecendo que do primeiro para o segundo houve as melhorias necessárias que se consideraram



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 15/2019

Reunião Ordinária de 9 de agosto de 2019

ser precisas para ter um procedimento devidamente elaborado, verificando-se, contudo, que, ainda assim, o valor base não chega.

Mais referiu, que outra nota que os Vereadores do PS pretendem deixar é a preocupação de ambos relativamente aos timings da empreitada em apreço, questionando qual o caminho que o Executivo vai traçar para resolver o problema.

Prosseguindo, o Sr. Vereador António Antunes referiu que o que vem neste relatório não reflete efetivamente aquilo que foi a realidade do concurso, ou seja, “*o concurso ficou deserto objetivamente*” porque não foram apresentadas propostas, tendo havido sim duas empresas que informaram exatamente o motivo pelo qual não concorriam. Assim, parece-lhe que este procedimento tem de ser refeito e atendendo ao que passou questiona qual é a interpretação do executivo perante o sucedido.

Novamente com a palavra, o Sr. Vereador João Graça esclareceu que apenas contestou a especulação que o Sr. Vereador António Antunes conseguiu fazer por duas empresas acharem que o valor não chegava todas as empresas achavam o mesmo.

Nesta senda, o Sr. Vereador António Antunes contrapôs aquela afirmação alegando que só se estava a basear em factos havendo, nessa sequência, uma divergência de opiniões entre ambos.

Solicitada a presença da técnica, Dra. Paula Teixeira, a Sra. Presidente dirigiu-se à mesma dizendo que no relatório, aquando da abertura eletrónica das propostas vem explanado “*no entanto que as propostas apresentadas não cumprem não o disposto na linha d) (...) isto é não se encontram constituídas por todos os documentos exigidos nos termos do disposto dos n.ºs (...) pelo que não foram admitidas*”. Assim questiona se é ou não por falta de documentos porque, segundo alega o Sr. Vereador António Antunes, que teve acesso à candidatura, não foi pela não entrega dos documentos exigidos.

Interrompendo, Sr. Vereador António Antunes esclareceu que nos documentos entregues nem sequer houve proposta.

Tomando a palavra, a Dra. Paula Teixeira esclareceu que as próprias empresas declararam que se tratava de uma “*não proposta*”, vinha as candidaturas instruídas com a documentação (declaração) a informar que não iriam apresentar qualquer proposta. Mais informou que o motivo pelo qual não consideram as propostas foi precisamente porque as mesmas não foram instruídas com os documentos exigidos no programa de procedimento.

Acrescentou que o relatório se reporta ao momento da abertura e que, logo nessa fase, teriam sido excluídas da apreciação, uma vez que não se assumiam como propostas.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 15/2019

Reunião Ordinária de 9 de agosto de 2019

Volvendo, o Sr. Vereador António Antunes referiu que o que ali estava em causa era se a apresentação de documentos se constitui como proposta ou não proposta.

Em resposta, a Dra. Paula Teixeira esclareceu que a partir do momento em que há um concorrente que coloca documentos e quando o júri vai abrir tem lá "*uma proposta fechada*" pensa que se constitui como proposta pode é não cumprir com os requisitos do procedimento, quer em termos de instrumentos quer em termos de documentos que deveriam apresentar.

Nessa sequência, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes declarou ter percebido a explicação, contudo, fez notar que isso não era o mais significativo nesta questão, tendo o Sr. Vereador António Antunes acrescentado que o mais significativo é o valor base do procedimento e o timing para executar a empreitada.

O Sr. Vereador Gonçalo Lopes salientou que percebe que tenham que ser classificadas na plataforma como proposta, mas a partir do momento que se abre e não está o exigido deixam de ser propostas.

Nessa sequência, a Dra. Paula Teixeira esclareceu que no relatório, no capítulo referente à análise, é mencionado que não houve propostas para análise porque elas logo na abertura foram excluídas.

Retomando, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes referiu que, apesar de não dominar esta matéria, talvez se pudesse incluir no relatório que não foram tidas como propostas, uma vez que elas próprias se declararam não propostas.

Todo o executivo agradeceu os esclarecimentos prestados pela Dra. Paula Teixeira, tendo esta se ausentado da sala.

De novo com a palavra, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes anotou que o mais importante nesta matéria é perceber o que é que o Município vai fazer agora.

Em resposta, a Sra. Presidente referiu que se vai resolver a situação do concurso, encontrando-se já a ser analisado de que forma é que se vai avançar, se a própria Lei permite outras diligências, tendo já sido solicitada também a dilação do prazo.

O Sr. Vereador Gonçalo Lopes manifestou sua preocupação pelos timings, reiterando que o importante é que a obra se faça e, posteriormente, discutirão o assunto da Bainha Aberta, se vai para aquele local ou não.

Não se registado mais intervenções, a Sra. Presidente colocou a presente proposta a votação.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 15/2019

Reunião Ordinária de 9 de agosto de 2019

ENCERRAMENTO

20. ENCERRAMENTO

Não havendo mais assuntos a tratar, a Sra. Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião eram dezasseis horas e vinte cinco minutos, tendo-se de tudo lavrado a presente ata, que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pela Presidente da Câmara Municipal e por mim, Bernardina Pais de Macedo, Chefe da Divisão de Administração Autárquica do Mapa de Pessoal deste Município, que, tendo sido para o efeito designada, a redigi e subscrevo.

A Presidente: _____

A Secretária: _____